

# Diário do Legislativo de 15/09/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 97ª Reunião Especial

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissão

ATA

ATA DA 97ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 10/9/98

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Agostinho Patrús - Palavras do Dr. Epaminondas Fulgêncio Neto - Entrega de placa - Apresentação do Coral dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - João Leite - Miguel Barbosa - Ronaldo Vasconcellos - Tarcísio Henriques.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado João Leite, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Arésio Dâmaso e Silva, Procurador-Geral do Estado, representando o Governador Eduardo Azeredo; Desembargador Luís Carlos Biasutti, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Lúcio Urbano; Epaminondas Fulgêncio Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Deputado Federal Elias Murad; Castellar Guimarães Filho, Secretário de Justiça e de Direitos Humanos; Demóstenes Lázaro Xavier Torres, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça; Achilles Siquara, Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público; Márcio Heli de Andrade, Corregedor-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado; Olavo Antônio de Moraes Freire, Presidente da Associação Mineira do Ministério Público; Juiz Jair Cançado Coutinho, Presidente do Tribunal de Justiça Militar.

## Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Presidência convida os presentes a ouvirem a apresentação do Hino Nacional pelo Coral dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, sob a regência da maestrina Cristina Maria Miranda Bello.

## Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvirem o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

## Palavras do Deputado Agostinho Patrús

Como autor do requerimento que ensejou esta reunião e esta sessão solene em homenagem ao Ministério Público, farei agora o meu pronunciamento.

São remotas no tempo as origens da entidade que hoje homenageamos. O certo é que, na história do Ocidente, onde quer que se tenha lutado contra o arbítrio, ali os operários da liberdade estavam plantando sementes da gloriosa instituição.

Na modernidade, quando a Revolução Francesa rompia com os privilégios da velha ordem feudal para ousar uma Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, nascia também um Ministério Público, a partir do surgimento dos acusadores públicos do Estado.

Hoje, a função desses sacerdotes da cidadania ampliou-se para abarcar um vasto universo de competências. Tornaram-se então defensores das pretensões legítimas da sociedade politicamente organizada.

Da instituição pode-se dizer que, no curso histórico do processo constitucional, tem evoluído quase tão rapidamente quanto as próprias relações sociais.

No dizer de José Afonso de Souza, ela "vem ocupando lugar cada vez mais destacado na organização do Estado, dado o alargamento de suas funções de proteção de direitos indisponíveis e de interesses coletivos".

Os últimos dez anos têm sido para o País um tempo de afirmação da cidadania. A partir da vigência da Constituição de 1988, os brasileiros vêm adquirindo consciência crescente dos próprios deveres e prerrogativas. Aos poucos, os direitos consagrados na Lei Maior abandonam a situação de meras garantias formais para se tornarem operantes, aptos a provocar mudanças efetivas na vida da população. Nessa caminhada, o Ministério Público tem tido papel fundamental, colocando-se ao lado da coletividade para defender vasta gama de bens sociais, que, de outra forma, estariam à mercê da cobiça dos mais fortes. Ele é parceiro privilegiado da comunidade nesse processo de crescimento rumo a um tempo de mais fraternidade e justiça.

O quadro de pessoal do Ministério Público se compõe de Procuradores, Promotores e funcionários, estando em atividade, atualmente, na Capital e no interior, 595 promotorias. É todo um universo dinâmico e atuante, que foi responsável, no ano passado, por cerca de 23 mil processos em segunda instância, nas áreas cível e criminal. Em primeira instância, o número de processos que tramitaram em 1997 é digno de admiração - chegou a quase 290 mil em todo o Estado!

Em Minas Gerais, o órgão a que hoje rendemos pleito tem muitas vezes atuado em conjunto com esta Assembléia, possibilitando-nos exercer, com mais eficácia, a competência fiscalizadora que se inscreve entre as funções precípua do Legislativo. Parlamento e Ministério Público, filhos diletos dos ideais da democracia moderna, aqui se aliam para oferecer aos mineiros a oportunidade de serem plenamente cidadãos.

O Procurador-Geral de Justiça, Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, à frente da entidade, vem demonstrando toda a sua liderança e capacidade administrativa, trabalhando para manter e ampliar a posição de destaque e respeito conquistada pela instituição, que recebeu das mãos competentes e firmes de seu antecessor, hoje Secretário de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, Sr. Castellar Guimarães. A eles, pelo muito que realizaram, a sociedade mineira há de sempre render um pleito de gratidão.

A família do Ministério Público estadual reúne-se em torno de sua associação. Estendemos, neste momento, nossas homenagens à Associação Mineira do Ministério Público, que foi fundada em 4/10/57. Aqui, neste Plenário, vejo tantos ex-Presidentes que ajudaram a construir essa entidade.

Hoje, à frente de seus destinos, o Sr. Olavo Antônio de Moraes Freire exerce sua extraordinária liderança e invulgar capacidade de unir e mobilizar, fazendo maior essa entidade, que é exemplo e paradigma para todos nós.

Daí, as homenagens que nosso povo, por meio de seus representantes, presta à valorosa instituição do Ministério Público. Realce-se que esta sessão e esta homenagem foram aprovadas por unanimidade. Pelo belo trabalho que vêm desenvolvendo entre nós, pela independência e correção com que têm desempenhado sua missão, cumprimentamos o Procurador-Geral de Justiça, Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, os Procuradores de Justiça e, de modo especial, os Promotores de Justiça, que, espalhados pela vastidão do território mineiro, lutam sem descanso para que a força do direito prevaleça sobre o direito da força.

Era o que eu tinha a dizer.

## Palavras do Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto

O Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto - Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente desta sessão e autor da proposta de homenagem ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Arésio Dâmaso e Silva, Procurador-Geral do Estado de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Sr. Eduardo Azeredo; Desembargador Luís Carlos Biasutti, representando o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Desembargador Lúcio Urbano; Deputado Federal Elias Murad; Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Castellar Guimarães Filho; Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores de Justiça, Sr. Demóstenes Lázaro Xavier Torres; Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, Sr. Achiles Siquara; Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Sr. Márcio Heli de Andrade; Presidente da Associação Mineira do Ministério Público, Olavo Antônio de Moraes Freire; Presidente do Tribunal de Justiça Militar, Juiz Jair Cançado Coutinho; Procurador-Chefe da Fazenda Nacional em Minas Gerais, Sr. Armando Jacob Vargas; Procurador-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Sr. Sérgio Barcelos; Deputados, ex-Deputados, Procuradores-Gerais de Justiça, Presidentes de associações estaduais do Ministério Público, Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, meus senhores, minhas senhoras, de início, Sr. Presidente, devo desculpar-me com V. Exa. As regras do protocolo e do cerimonial não permitiriam que eu falasse de improviso, mas uma série de razões impediram-me de trazer um pronunciamento por escrito. Entre as várias razões que me obrigaram a expor-me aos azares do improviso estão, fundamentalmente, as ligações de amizade que me unem a V. Exa., as ligações de amizade que unem a minha instituição a V. Exa., já que V. Exa. ostenta a Medalha do Mérito do Ministério Público.

Passo por um momento muito feliz de minha vida institucional. Assumi a chefia do Ministério Público em novembro de 1995, e a Mesa era presidida por V. Exa., que traz no peito e na alma a Medalha do Mérito do Ministério Público, e hoje homenageia a instituição em que creio, à qual devo minha vida, os melhores momentos de minha juventude, se ainda posso dizer isso. Este é um momento especial para mim, Sr. Presidente. Acho que, entre as qualidades que um homem pode ter, está a justa vaidade, o justificado orgulho, e eu me orgulho do Ministério Público de Minas Gerais. Posso apresentar ao Ministério Público brasileiro, na figura dos eminentes Procuradores-Gerais de Justiça, dos Presidentes das entidades de classe, o meu orgulho, a minha instituição e dizer que, em Minas Gerais, os Poderes agem de uma forma coesa e harmônica; que as instituições, independentes e autônomas, agem de forma coesa e harmônica com o Legislativo, o Executivo, o Judiciário; que a minha instituição hoje é sinônimo de cidadania. Feliz é este momento, Sr.

Presidente, em que estamos às vésperas de completar dez anos de um novo Ministério Público.

A Constituição de 1988, na visão de alguns, aumentou as atribuições do Ministério Público. Eu diria um pouco mais do que isso; diria que criou um novo Ministério Público. E V. Exa., Sr. Presidente, foi extremamente feliz na colocação da comunhão de ideais do parlamento com o Ministério Público. Registro a minha emoção de receber essa homenagem, proposta por V. Exa., e gostaria que fosse transmitida ao Presidente desta Casa, Deputado Romeu Queiroz, que, por uma feliz coincidência, além da amizade que nos une, foi também meu colega de turma. Hoje, o parlamento do meu Estado homenageia a minha instituição, e não posso, Sr. Presidente, deixar de lembrar um outro Ministério Público, muito mais acanhado. Tantas e tantas lutas foram travadas nos gabinetes desta Casa, sob a batuta de homens e mulheres que fizeram esta instituição, de entidades de classe, de homens como Castellar Guimarães, Flodsmidt Riani, Amando Prates, Luiz Carlos A Britta e Olavo Antônio de Moraes Freire. Aquela acanhada instituição, que vivia de esmola e de favores no interior do Estado, não era dotada de nenhum tipo de estrutura que permitisse ao Promotor de Justiça o exercício de suas elevadas funções, é hoje um novo Ministério Público a caminho de sua inteira estruturação, dotado de instrumentos mínimos e indispensáveis para o exercício de suas funções. Hoje informatizado, na Capital e no interior, outrora não tinha absolutamente nada. E essa história foi construída com o trabalho, a contribuição do parlamento, a elaboração da Carta mineira de 1989.

Ex-Deputados, como Mauro Morais, a quem rendo as minhas homenagens, participaram da elaboração dessa Constituição, que teve a coragem de tratar do tema do controle externo da atividade policial; em suas disposições transitórias, teve a coragem de determinar, de imediato, a eleição para o cargo de Procurador-Geral de Justiça; teve a feliz visão de outorgar autonomia financeira; teve a coragem de criar, para cuidar do orçamento do Estado, uma comissão de compatibilização orçamentária, composta pelo Presidente desta Casa, pelo Governador do Estado, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça e de Contas e pelo Procurador-Geral de Justiça.

Devo, de público, reconhecer, em favor da verdade, e render as minhas homenagens - e espero que elas cheguem também ao Governador do Estado - pelo respeito devotado à nossa instituição por Sua Excelência, que tão bem vem conduzindo os destinos do Estado. Nós, Sr. Presidente, temos objetivos comuns.

E quero dizer, para não me estender mais, que o Ministério Público de Minas Gerais é a própria expressão do mais profundo significado de mineiridade. (- Palmas.) Quero dizer também que, em Minas Gerais, ergo a voz do Ministério Público, porque Minas tem voz, Sr. Presidente, o Ministério Público tem voz, Minas Gerais tem voz, mas a voz da mineiridade. Em Minas Gerais não existe a voz da bravata, mas a do trabalho, do resultado, como daquele realizado numa CPI requerida pelo Procurador-Geral de Justiça, para tratar de um problema secular de todo este País, que é o sistema carcerário.

A requerimento, tanto e tanto se debateu sobre a falência do sistema penitenciário, falência que já se reverte pelo trabalho extraordinário do atual Secretário de Justiça e de Direitos Humanos. Mas todos debatemos essa falência, e jamais alguém teve a coragem de enfrentar e estudar os problemas. E esta Casa, atendendo ao requerimento do Procurador-Geral de Justiça, com o apoio irrestrito do Governador do Estado, numa comissão presidida pelo eminente Deputado João Leite, fez um profundo trabalho, uma profunda radiografia do atual sistema penitenciário mineiro; uma radiografia que permitiu ao Ministério Público adotar uma série de providências; uma radiografia que permitiu dar ao Governador do Estado uma visão real do que estava acontecendo; uma radiografia que serve, entre outras coisas, de instrumento de trabalho da Secretaria de Justiça, entregue ao nosso ex-Procurador-Geral de Justiça, Dr. Castellar Guimarães Filho.

Não devo me estender, Sr. Presidente, embora me sinta extremamente emocionado com esta homenagem, que não é prestada ao homem, mas a uma instituição. E digo, a esta altura, Sr. Presidente e Sr. Arésio Dâmaso, representante do Sr. Governador do Estado, com absoluta tranquilidade, que posso caminhar de cabeça erguida nos corredores do Congresso Nacional. Com tantas e tantas reformas, que criam esse abalo institucional, posso percorrer os corredores do Congresso Nacional para dizer que a criação dessa instituição extraordinária não foi um favor do legislador constituinte. Nós, do Ministério Público brasileiro, mostramos que a criação dessa instituição era uma necessidade absolutamente indispensável, como trincheira última das liberdades do indivíduo e da sociedade.

Entre as coisas que unem a minha instituição a esta Casa está a própria democracia; a democracia no sentido correto da expressão, aquela que serve para alcançar os reais objetivos de cada instituição e de cada Poder. Meus amigos mais próximos, Sr. Presidente, acham que sou superlativo e me chamam de ufanista. Pois vou assumir o meu lado superlativo e ufanista: tenho hoje a honra de chefiar um Ministério Público de vanguarda. E, com mais ufanismo ainda, digo a V. Exa. o que é fruto da minha alma e da minha convicção - tenho o orgulho e a honra de pertencer à instituição mais digna deste País. Obrigado.

#### Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Epaminondas Fulgêncio Neto placa comemorativa deste evento, com os seguintes dizeres: "Ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a homenagem da Assembléia Legislativa, como reconhecimento da Casa parlamentar a uma instituição comprometida com a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos do cidadão, exercendo uma ação institucional permanentemente voltada para os altos interesses do País, do Estado e da sociedade. Deputado Romeu Queiroz, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 10 de setembro de 1998".

- Procede-se à entrega da placa.

#### Apresentação do Coral dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça

O Sr. Presidente - Neste momento, ouviremos o Coral dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça, que apresentará um "pot-pourri" do folclore mineiro e a música "Amo-te muito", do compositor João Chaves.

- Procede-se à apresentação do Coral dos Servidores da Procuradoria-Geral de Justiça.

#### Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Romeu Queiroz, que ora represento, muito gostaria de estar aqui presente, mas compromissos de última hora o impediram de associar-se a esta homenagem, que traduz tudo que une a Assembléia de Minas ao Ministério Público, em especial a harmonia de nossas ações conjuntas.

Em seu nome e em nome de todos os Deputados, gostaria de dizer que a sociedade mineira, ávida de justiça, presta esta homenagem aos defensores da cidadania, chamados por nós de Promotores de Justiça.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, esta Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados, pela honrosa presença, e encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 14, às 20 horas, destinada à comemoração dos 15 anos de fundação do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, bem como para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 15, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada.

Levanta-se a reunião.

#### ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 405ª reunião ordinária, em 15/9/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822, que dispõe sobre o sistema estadual de finanças e a estrutura orgânica da Secretaria de Estado da Fazenda e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.827, que cria a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Minas Gerais, dispõe sobre seu funcionamento e estrutura e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.834, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para o fim que menciona. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.837, que cria o Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 35/97, do Deputado José Bonifácio, que acrescenta artigo à Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.785/98, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.775/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.796/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos nºs 2.670/98, do Deputado Bené Guedes; 2.668/98, do Deputado Gilmar Machado; 2.675/98, do Deputado Ibrahim Jacob; 2.665/98, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.810/98, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.676/98, do Deputado Geraldo Rezende.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 101ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 107ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 11 horas do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.623/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 950/96, do Deputado Arnaldo Penna; 1.841/98, da CPI dos Arquivos do DOPS; 1.811, 1.820 e 1.847/98, do Governador do Estado; 1.828/98, do Procurador-Geral de Justiça do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.802/98, do Deputado Adelmo Carneiro Leão; 1.805 e 1.877/98, do Deputado Agostinho Patrús; 1.822/98, do Deputado Ajalmar Silva; 1.821/98 do Deputado Ambrósio Pinto; 1.528/97 e 1.843/98, do Deputado Anderson Aduato; 1.803/98, do Deputado Antônio Genaro; 1.861/98, do Deputado Antônio Roberto; 1.516/97 e 1.835/98, do Deputado Arnaldo Canarinho; 1.638/98, do Deputado Bené Guedes; 1.826 e 1.858/98, do Deputado Bilac Pinto; 1.844/98, do Deputado Dilzon Melo; 1.812/98, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.806 e 1.852/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.747/98, do Governador do Estado; 1.845/98, do Deputado Hely Tarquínio; 1.815/98, do Deputado Ivair Nogueira; 1.817 a 1.819, 1.823, 1.824/98, 1.830 e 1.831/98, do Deputado João Leite; 1.816/98, do Deputado José Henrique; 1.855 e 1.856/98, do Deputado José Militão; 1.848/98, do Deputado Mauri Torres; 1.857/98, do Deputado Mauro Lobo; 1.846/98, do Deputado Miguel Martini; 1.827/98, do Deputado Paulo Piau; 1.851/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.618, 1.723 e 1.732/98, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 1.829, 1.853 e 1.854/98, do Deputado Wanderley Ávila; 1.636 e 1.686/98, do Deputado Wilson Pires.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 15 horas do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 16/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

**Discussão e votação de proposições da Comissão.**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Vasconcellos, Luiz Fernando Faria, Antônio Roberto e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/9/98, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciar o Projeto de Lei nº 1.801/98 e de se discutir, em audiência pública, os possíveis impactos ambientais na Mata do Jambreiro, especialmente protegida por integrar reserva particular do patrimônio natural e da APA-Sul, em face das atividades de prospecção de ouro desenvolvidas pela Mineração Alvorecer Ltda., em áreas próximas àquela reserva.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1998.

Irani Barbosa, Presidente.